



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MJSP - POLÍCIA FEDERAL  
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES - CPL/SELOG/SR/PF/AC

LICI. TERMO DE REFERÊNCIA Nº 4047353/2017-CPL/SELOG/SR/PF/AC

Processo nº 08220.006437/2017-21

**ANEXO I**  
**PREGÃO SRP Nº 11/2017**  
**(Processo Administrativo n.º 08220.006437/2017-21)**

**1. DO OBJETO**

1.1. Registro de preços para contratação de empresa especializada na prestação de serviços de transporte rodoviário de mobiliário (mudanças), bens, cargas e veículos automotivos de propriedade ou interesse da Superintendência Regional de Polícia Federal no Acre, conforme condições, quantidades, exigências e estimativas, estabelecidas neste instrumento.

1.2. O transporte deverá ser realizado em caminhão fechado, tipo baú, ou de transporte fluvial quando necessário, compreendendo o transporte de mobiliário de servidores removidos, e de bens em geral da Polícia Federal, em todo território nacional, e ainda transporte de veículos automotivos preferencialmente em caminhão tipo cegonha ou reboque.

GRUPO	ITEM	TRECHOS (O ITEM INCLUI OS DOIS SENTIDOS)	DISTÂNCIA (KM)	QUANTIDADE ANUAL MÁXIMA (m³)	VALOR MÁXIMO ADMITIDO UNITÁRIO (m³)	VALOR MÁXIMO ADMITIDO TOTAL (m³)
01	1	Transportes de <u>mobiliários, bens e cargas</u> na região metropolitana da cidade de Rio Branco/Acre	-----	140	R\$ 230,00	R\$ 32.200,00
	2	Transporte de <u>mobiliários, bens e cargas</u> entre Rio Branco/Epitaciolândia	Aproximadamente 232 km	210	R\$ 281,50	R\$ 59.115,00
	3	Transporte de <u>mobiliários, bens e cargas</u> entre Rio Branco/Cruzeiro do Sul	Aproximadamente 636 km	210	R\$ 279,00	R\$ 58.590,00
	4	Transporte de <u>mobiliários, bens e cargas</u> entre Epitaciolândia/Cruzeiro do Sul	Aproximadamente 868 km	140	R\$ 300,00	R\$ 42.000,00
VALOR TOTAL DO GRUPO 1						R\$ 191.905,00
GRUPO	ITEM	TRECHOS (O ITEM INCLUI OS DOIS SENTIDOS)	DISTÂNCIA (KM)	QUANTIDADE ANUAL MÁXIMA (m³)	VALOR MÁXIMO ADMITIDOUNITÁRIO (m³)	VALOR MÁXIMO ADMITIDO TOTAL (m³)
02	5	Transporte de <u>mobiliários, bens e cargas</u> entre as Unidades do Acre (Rio Branco, Cruzeiro do Sul e Epitaciolândia) /Demais estados do Brasil.	0 a 600 km	175	R\$ 197,50	R\$ 34.562,50
	6		601 a 1.200 km	175	R\$ 280,00	R\$ 49.000,00
	7		1.201 a 1.800 km	175	R\$ 285,00	R\$ 49.875,00
	8		1.801 a 2.400 km	175	R\$ 295,00	R\$ 51.625,00
	9		2.401 a 3.200 km	210	R\$ 300,00	R\$ 63.000,00
	10		Acima de 3.200 km	210	R\$ 320,00	R\$ 67.200,00
VALOR TOTAL DO GRUPO 2						R\$ 315.262,50
GRUPO	ITEM	TRECHOS (O ITEM INCLUI OS DOIS SENTIDOS)	DISTÂNCIA (KM)	QUANTIDADE ANUAL MÁXIMA (m³)	VALOR MÁXIMO ADMITIDOUNITÁRIO (m³)	VALOR MÁXIMO ADMITIDO TOTAL (m³)
03	11	Transportes de <u>veículos</u> na região metropolitana da cidade de Rio Branco/Acre	-----	210	R\$ 190,00	R\$ 39.900,00
	12	Transporte de <u>veículos</u> entre Rio Branco/Epitaciolândia	Aproximadamente 232 km	245	R\$ 199,00	R\$ 48.755,00
	13	Transporte de <u>veículos</u> entre Rio Branco/Cruzeiro do Sul	Aproximadamente 636 km	245	R\$ 207,50	R\$ 50.837,50
	14	Transporte de <u>veículos</u> entre Epitaciolândia/Cruzeiro	Aproximadamente 868 km	70	R\$ 227,50	R\$ 15.925,00

		Branco/Cruzeiro do Sul	0,50 km			
	14	Transporte de <u>veículos</u> entre Epitaciolândia/Cruzeiro do Sul	Aproximadamente 868 km	70	R\$ 227,50	R\$ 15.925,00
VALOR TOTAL DO GRUPO 3						R\$ 155.417,50
GRUPO	ITEM	TRECHOS (O ITEM INCLUI OS DOIS SENTIDOS)	DISTÂNCIA (KM)	QUANTIDADE ANUAL MÁXIMA (m³)	VALOR MÁXIMO ADMITIDOUNITÁRIO (m³)	VALOR MÁXIMO ADMITIDO TOTAL (m³)
04	15	Transporte de <u>veículos</u> entre as Unidades do Acre (Rio Branco, Cruzeiro do Sul e Epitaciolândia) /Demais estados do Brasil.	0 a 600 km	105	R\$ 175,00	R\$ 18.375,00
	16		601 a 1.200 km	105	R\$ 197,50	R\$ 20.737,50
	17		1.201 a 1.800 km	105	R\$ 209,00	R\$ 21.945,00
	18		1.801 a 2.400 km	105	R\$ 217,50	R\$ 22.837,50
	19		2.401 a 3.200 km	210	R\$ 227,50	R\$ 47.775,00
	20		Acima de 3.200 km	105	R\$ 240,00	R\$ 25.200,00
VALOR TOTAL DO GRUPO 4						R\$ 156.870,00
VALOR TOTAL DO SERVIÇO						R\$ 819.455,00

## 2. JUSTIFICATIVA E OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO

2.1. A contratação de serviços de transporte de mobiliário, nos moldes do procedimento que se inicia, justifica-se na necessidade de atender à legislação pertinente, Lei 8112/90, artigo 53, §1º: “Correm por conta da Administração as despesas de transporte do servidor e de sua família, compreendendo passagem, bagagem e bens pessoais”, nos casos de servidores que, no interesse da Administração, passarem a ter exercício em nova sede, com mudança de domicílio em caráter permanente.

2.2. Tal contratação atenderá também a demanda por transporte de mobiliário, bens e veículos existente entre as unidades da Superintendência Regional de Polícia Federal no Estado do Acre, serviço que se mostra essencial para as suas atividades.

2.3. O procedimento licitatório em sua forma Pregão Eletrônico, do Tipo Menor Preço, através do Sistema de Registro de Preços (SRP), justifica-se pela possibilidade de aquisições a serem realizadas repetidas vezes durante um determinado período de tempo, conforme art. 3º, inciso I do Decreto 7.892 de 2013 e o inciso IV - fato de haver impossibilidade de definição prévia do quantitativo a ser contratado, uma vez que, em regra geral a contratação é realizada para custear o transporte de mobiliário de servidores removidos no interesse da administração e de mobiliários e equipamentos que podem ou não ser enviados de uma unidade para outra.

2.4. As quantidades de metragem cúbica para o transporte de cargas e mobiliário definidas no presente Termo de Referência justifica-se como estimativas determinadas frente a um cenário de decisões de remoção de servidores no interesse da Administração tomadas pela Direção-Geral da Polícia Federal, não possuindo possibilidade de traçar quantidades determináveis através de séries históricas.

2.5. O serviço e as quantidades de metragem cúbica para o transporte de veículos para fora do Estado do Acre, ou com origem de outro Estado com destino ao Estado do Acre foram estimados considerando as eventuais necessidades de transportar veículos adquiridos ou apreendidos.

2.6. Para o cálculo da metragem cúbica dos veículos, considerou-se as medidas de um automóvel marca/modelo Chevrolet S10, veículo comumente utilizado pela Polícia Federal, com as maiores medidas em comparação ao demais. A dimensão aproximada é de 31m³ por veículo.

2.7. Diante de tais fatos entende-se como procedimento licitatório mais adequado ao presente caso o Pregão Eletrônico, via Sistema de Registro de Preços.

2.8. Houve a formatação de 4 (quatro) grupos, tendo em vista a compatibilidade dos itens da licitação e as características das regiões, objetivando maior participação de empresas interessadas, uma vez que a prestação dos serviços que contemplam apenas um item poderia não despertar interesse por parte das empresas. Além disso, tal agrupamento facilitará a gestão do contrato.

## 3. DA CLASSIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS

3.1. Os serviços a serem contratados enquadram-se nos pressupostos do Decreto nº 2.271, de 1997, constituindo-se em atividades materiais acessórias, instrumentais ou complementares à área de competência legal do órgão licitante, não inerentes às categorias funcionais abrangidas por seu respectivo plano de cargos.

3.2. A prestação dos serviços não gera vínculo empregatício entre os empregados da Contratada e a Administração, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize pessoalidade e subordinação direta.

## 4. FORMA DE PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

4.1. Os serviços serão executados conforme discriminado abaixo:

4.1.1. O serviço compreende o transporte nacional de bagagem, de porta a porta, tendo a metragem cúbica como referência de unidade de medida, observando-se o limite de peso (Kg), de acordo com o Decreto nº 4.004, de 8 de novembro de 2001.

4.1.2. Também compreenderá o transporte dos bens, cargas ou veículos automotivos de propriedade ou interesse da Superintendência Regional de Polícia Federal no Acre, observando-se o limite da metragem para cada distância.

4.1.3. O transporte será utilizado conforme a necessidade e a localização do destino, desde que aprovado pelo fiscal do contrato. Não será devido nenhum pagamento adicional pela opção por uma ou por outra modalidade, devendo a empresa contratada observar os prazos previstos.

4.1.4. O serviço incluirá desmontagem, embalagem (incluindo o fornecimento de todo material necessário à embalagem e ao acondicionamento), acondicionamento, retirada do local de origem, armazenagem e manuseios na cidade de origem, transporte, descarga dos bens transportados e montagem dos mesmos no seu destino, bem como todas as operações necessárias para que o serviço ocorra sem alteração, inclusive o orçamento, taxas de terminais e demais custos incidentes desde a origem até o destino final.

4.1.5. O serviço incluirá, ainda, descarregamento, armazenagem e manuseios na cidade de destino, retirada da bagagem do depósito, entrega da bagagem no domicílio de destino, desembalagem e montagem de móveis, retirada do material de embalagem utilizado.

4.1.6. A metragem e peso máximos admitidos por servidor será de acordo com o Decreto nº 4.004/01. O excesso desse limite poderá ser

4.1.5. O serviço incluirá, ainda, descarregamento, armazenagem e manuseios na cidade de destino, retirada da bagagem do depósito, entrega da bagagem no domicílio de destino, desembalagem e montagem de móveis, retirada do material de embalagem utilizado.

4.1.6. A metragem e peso máximos admitidos por servidor será de acordo com o Decreto nº 4.004/01. O excesso desse limite correrá por conta do servidor as despesas sobressalentes, mantendo os valores pactuados.

4.1.6.1. Servidor: 12m³

4.1.6.2. Servidor + cônjuge: 24 m

4.1.6.3. Servidor + cônjuge + filhos\*: 33m³

4.1.6.4. \*O quantitativo máximo de filhos será de 3 (três), sendo o limite de m³ por filho de 3m³.

4.1.7. A apuração da distância será utilizada a “tabela com a distância entre as principais cidades brasileiras” do DNIT - Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes, verificando-se a distância do percurso entre origem e destino. A informação da distância deverá ser entregue, impressa, juntamente com a proposta, para cada demanda da Contratante.

4.1.8. A cada demanda da Contratante, a Contratada deverá realizar a vistoria dos bens a serem transportados, a fim de encaminhar proposta, no prazo de 5 (cinco) dias contados da solicitação. A proposta apresentada contemplará além da metragem, a distância do percurso, o valor do seguro, os locais de origem/destino e contatos da empresa.

4.1.9. A empresa utilizará essa vistoria para estimar e providenciar o material de embalagem em quantidade suficiente para realização dos serviços.

4.1.10. A apólice de seguro referente à mudança, transporte de bens ou automóveis deverá ser entregue a Administração ou conforme o caso ao servidor até o término dos serviços de embalagem dos itens a serem trasladados.

4.1.11. Para os bens, cargas ou veículos automotivos de propriedade ou interesse da Superintendência Regional de Polícia Federal no Acre e/ou das Delegacias de Polícia Federal de Eritaciolândia e Cruzeiro do Sul, os serviços serão recebidos por servidor indicado para tal fim, no destino, que atestará a sua perfeita execução.

4.1.12. Para os casos de mudança de servidor, o recebimento será realizado pelo próprio servidor interessado ou responsável autorizado, mediante atesto do documento, no destino.

4.1.13. Em momento posterior, a empresa contratada apresentará os documentos ao Fiscal do Contrato, juntamente com a Nota Fiscal correspondente, para ser atestada e encaminhada para pagamento.

4.1.14. Todos os custos com impostos, taxas, tarifas, seguro, embalagens, mão-de-obra, licenças, alvarás, bem como, todos os encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais, prêmios de seguro, ou quaisquer outras formas devidas, relativas e indispensáveis à perfeita execução do objeto da pretensa contratação serão responsabilidade da contratada.

4.1.15. Visando maior eficiência, aumento de competitividade e a obtenção de maior vantagem para a Administração, haverá definição de trechos exatos, com faixas de distância pré-definidas, fato que, além de trazer maior transparência para o procedimento, possibilitará que um número maior de empresas possa concorrer no certame. Um procedimento baseado no valor por quilômetro rodado traria séria dificuldade em termos de competitividade para empresas regionais, pois, as mesmas não teriam a mesmas condições logísticas que uma empresa que atua em âmbito nacional teria em termos de número de centrais de abastecimento, número de veículos e postos de armazenamento e controle de cargas. Por outro lado, um certame baseado em trechos pré-definidos possibilita a participação de empresas de menor porte e atuação regional, em condições de igualdade frente a empresas maiores e que possuem condições logísticas mais estruturadas em abrangência nacional.

4.1.16. Assim os serviços de transporte compreenderão as seguintes faixas de classificação conforme a região e a distância, sendo separados em itens e escolhidos pelo critério do menor preço:

GRUPO	ITEM	TRECHOS (O ITEM INCLUI OS DOIS SENTIDOS)	DISTÂNCIA (KM)	QUANTIDADE ANUAL MÁXIMA (m³)
01	1	Transportes de <u>mobiliários, bens e cargas</u> na região metropolitana da cidade de Rio Branco/Acre	-----	140
	2	Transporte de <u>mobiliários, bens e cargas</u> entre Rio Branco/Eritaciolândia	Aproximadamente 232 km	210
	3	Transporte de <u>mobiliários, bens e cargas</u> entre Rio Branco/Cruzeiro do Sul	Aproximadamente 636 km	210
	4	Transporte de <u>mobiliários, bens e cargas</u> entre Eritaciolândia/Cruzeiro do Sul	Aproximadamente 868 km	140
GRUPO	ITEM	TRECHOS (O ITEM INCLUI OS DOIS SENTIDOS)	DISTÂNCIA (KM)	QUANTIDADE ANUAL MÁXIMA (m³)
02	5	Transporte de <u>mobiliários, bens e cargas</u> entre as Unidades do Acre (Rio Branco, Cruzeiro do Sul e Eritaciolândia) /Demais estados do Brasil.	0 a 600 km	175
	6		601 a 1.200 km	175
	7		1.201 a 1.800 km	175
	8		1.801 a 2.400 km	175
	9		2.401 a 3.200 km	210
	10		Acima de 3.200 km	210
GRUPO	ITEM	TRECHOS (O ITEM INCLUI OS DOIS SENTIDOS)	DISTÂNCIA (KM)	QUANTIDADE ANUAL MÁXIMA (m³)
	11	Transportes de <u>veículos</u> na região metropolitana da cidade de Rio Branco/Acre	-----	210

03	11	Transportes de veículos na região metropolitana da cidade de Rio Branco/Acre	-----	210
	12	Transporte de veículos entre Rio Branco/Epitaciolândia	Aproximadamente 232 km	245
	13	Transporte de veículos entre Rio Branco/Cruzeiro do Sul	Aproximadamente 636 km	245
	14	Transporte de veículos entre Epitaciolândia/Cruzeiro do Sul	Aproximadamente 868 km	70
GRUPO	ITEM	TRECHOS (O ITEM INCLUI OS DOIS SENTIDOS)	DISTÂNCIA (KM)	QUANTIDADE ANUAL MÁXIMA (m³)
04	15	Transporte de veículos entre as Unidades do Acre (Rio Branco, Cruzeiro do Sul e Epitaciolândia) /Demais estados do Brasil.	0 a 600 km	105
	16		601 a 1.200 km	105
	17		1.201 a 1.800 km	105
	18		1.801 a 2.400 km	105
	19		2.401 a 3.200 km	210
	20		Acima de 3.200 km	105

4.1.17. Em termos de prazos, a Contratada deverá atender aos chamados no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, contados do recebimento da ordem de serviço. E entre a coleta e entrega da bagagem, bens e/ou automóveis pertencentes ao Polícia Federal no destino deve seguir a tabela a seguir:

ITEM	PRAZO MÁXIMO DE ENTREGA (DIAS ÚTEIS)
1	03
2	05
3	08
4	08
5	08
6	08
7	10
8	10
9	12
10	14
11	03
12	05
13	08
14	08
15	08
16	08
17	10
18	10
19	12
20	14

## 5. INFORMAÇÕES RELEVANTES PARA O DIMENSIONAMENTO DA PROPOSTA

5.1. A demanda do órgão gerenciador e dos participantes tem como base as seguintes características:

5.1.1. O serviço a ser contratado compreende o transporte rodoviário de cargas, mobiliário em caminhão fechado, tipo baú, e o transporte fluvial em condições apropriadas e ainda transporte de veículos automotivos em caminhão tipo cegonha ou reboque.

5.1.2. O transporte de cargas deve promover a acomodação adequada, preservando as características originais e o estado de conservação dos materiais, compreendendo o deslocamento de bens, cargas e veículos devidamente cobertos por seguro.

5.1.3. A unidade utilizada para definição dos valores para transporte de cargas, mobiliário e veículos será o Preço, em Reais (R\$), por Metro Cúbico (m³) transportado de cargas devidamente desmontadas em condições de transporte, sendo previsto em tal preço a responsabilidade da empresa em prestar seguro com taxa de no mínimo 1% (um por cento) incidente sobre o valor dos bens transportados.

## 6. METODOLOGIA DE AVALIAÇÃO DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS.

6.1. Os serviços deverão ser executados com base nos parâmetros mínimos a seguir estabelecidos:

6.1.1. Pronta resposta às demandas apresentadas.

## 6. METODOLOGIA DE AVALIAÇÃO DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS.

6.1. Os serviços deverão ser executados com base nos parâmetros mínimos a seguir estabelecidos:

- 6.1.1. Pronta resposta às demandas apresentadas.
- 6.1.2. Qualidade, precisão e tempestividade dos serviços executados.
- 6.1.3. Cortesia, prontidão e experiência do pessoal indicado para a realização dos serviços.
- 6.1.4. Qualidade e uniformidade visual dos serviços elaborados, em consonância com os padrões e exigências estabelecidas neste Termo de Referência pela Polícia Federal no Acre.

## 7. MATERIAIS A SEREM DISPONIBILIZADOS

7.1. Para a perfeita execução dos serviços, a Contratada deverá disponibilizar os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários à execução do objeto, de acordo com as requisições emitidas pela Polícia Federal no Acre, até o limite das quantidades estimadas e qualidades estabelecidas no item 1.1 deste termo de referência, promovendo sua substituição quando necessário.

## 8. EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS E SEU RECEBIMENTO

8.1. A execução dos serviços será iniciada no prazo máximo de 5 (cinco) dias, contados do recebimento da Ordem de Serviço:

8.2. Os serviços serão recebidos provisoriamente no prazo de 5 (cinco) dias, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta.

8.3. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser corrigidos/refeitos/substituídos no prazo fixado pelo fiscal do contrato, às custas da Contratada, sem prejuízo da aplicação de penalidades.

8.4. Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de 10 (dez) dias, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço executado e materiais empregados, com a consequente aceitação mediante termo circunstanciado.

8.4.1. Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.

8.5. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da Contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

8.6. Todos os custos com impostos, taxas, tarifas, além de outros que incidam no transporte objeto deste Termo de Referência serão de responsabilidade da empresa contratada.

8.7. Para apuração da distância será utilizada a “tabela com a distância entre as principais cidades brasileiras” do DNIT - Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes, verificando-se a distância do percurso entre origem e destino. A informação da distância deverá ser entregue, impressa, juntamente com a proposta, para cada demanda da contratante.

## 9. DA VISTORIA

9.1. A cada demanda da contratante a contratada deverá realizar a vistoria dos bens, mobiliários, cargas e veículos a serem transportados, a fim de dimensionar sua proposta, no prazo de 5 (cinco) dias úteis contados da solicitação. A proposta apresentada contemplará além da unidade de medida, a distância do percurso, o valor do seguro, os locais de origem/destino e contatos da empresa.

## 10. CONDIÇÕES DO TRANSPORTE E EMBALAGEM DOS BENS

10.1. O transporte de bagagem de servidor e/ou bens da Polícia Federal será realizado, de endereço origem a endereço destino, nos transportes entre as cidades em caminhão tipo baú ou outro meio sugerido pela empresa e aprovado pelo fiscal do contrato, desde que não onere o contrato, respeitadas as condições estabelecidas neste Termo de Referência.

10.2. O custo com transporte utilizando-se de balsa, avião ou outro meio necessário para se chegar até o destino, desde que aprovado pelo fiscal do contrato, deverá estar incluído no valor do metro cúbico apresentado na proposta de preço. Nenhum pagamento adicional será devido caso esses meios de transportes sejam utilizados, devendo a empresa contratada observar os prazos de entrega fixados no subitem 4.1.3.

10.3. Condições Gerais do Transporte:

10.3.1. A partir do recebimento da “Ordem de Serviço” emitida e assinada pelo SELOG/SR/PF/AC, a empresa contratada, através da empresa contratada, terá o prazo de 15 (quinze) dias úteis para retirar o bem da Polícia Federal e/ou a bagagem do domicílio do servidor removido, no horário entre 8h às 12h e 14h às 18h. Este prazo poderá ser prorrogado, a critério do servidor ou a critério da Polícia Federal. A empresa contratada deverá informar ao fiscal do contrato, indicado pelo SELOG – Setor de Administração e Logística Policial, a data de início e previsão de término da embalagem da mudança, em até 5(cinco) dias úteis antes do início dos serviços.

10.3.2. A retirada dos bens da Polícia federal e/ ou bagagem do servidor deverá ser realizada somente por empregado da empresa contratada, devendo esse empregado, no momento do recebimento e/ou da entrega da bagagem ser devidamente apresentado ao interessado ou pessoa por ele indicada, através de carteira de trabalho ou contrato de trabalho e estar devidamente uniformizado.

10.3.3. Dentro do prazo de 5 (cinco) dias úteis antes de realizada a coleta do bem da Polícia Federal e/ou da bagagem do servidor, a empresa contratada deverá enviar empregado devidamente identificado, ao endereço determinado, em horário combinado com este, para realizar vistoria com o fim de estimar previamente o volume e o tipo da bagagem a ser transportada. A empresa utilizará essa vistoria para estimar e providenciar o material de embalagem em quantidade suficiente para realização dos serviços, informando o volume estimado ao interessado, a fim de que este possa decidir sobre quais itens incluirá no transporte. A estimativa será utilizada para fins de cálculo da cubagem efetivamente transportada, bem como o preenchimento do formulário de seguro para declaração do valor monetário dos bens envolvidos no transporte.

10.3.4. A apólice de seguro referente à mudança, transporte de cargas ou veículos deverá ser entregue ao interessado até o término dos serviços de embalagem dos pertences.

10.3.5. A taxa de seguro deverá ser estabelecida no valor correspondente a no mínimo 1% (um por cento) sobre o valor declarado dos bens a serem transportados.

10.3.6. Caso a empresa contratada detecte danos preexistentes nos bens da Polícia Federal e/ou bens do servidor, deverá comunicar o fato ao interessado e fazer constar no Termo de Coleta dos bens, observação de todos os danos preexistentes.

10.3.7. O embarque e o transporte de bagagem de servidor ou de bens da Polícia Federal serão realizados em caminhão tipo baú, (a)

bens a serem transportados.

10.3.6. Caso a empresa contratada detecte danos preexistentes nos bens da Polícia Federal e/ou bens do servidor, deverá comunicar o fato ao interessado e fazer constar no Termo de Coleta dos bens, observação de todos os danos preexistentes.

10.3.7. O embarque e o transporte de bagagem de servidor ou de bens da Polícia Federal serão realizados em caminhão tipo baú. Tal caminhão deverá ser posicionado, no dia do carregamento e/ou da entrega, junto ao domicílio do servidor e, no caso de bens da Polícia Federal, junto ao local da entrega.

10.3.8. Caso a empresa contratada opte pelo modo rodoviário, desde que aprovado pelo fiscal do contrato, não terá direito a pleitear nenhum valor adicional, a nenhum título, à Polícia Federal. Da mesma forma, não terá direito a acréscimo de valor quando da utilização de balsa ou similar.

10.3.9. Todo bem da Polícia Federal e/ ou bagagem do servidor a ser transportada deverá ser embalado e separado por destino, montado e desmontado por empregados da empresa contratada, devidamente habilitados e identificados. Devem ser apresentados, uniformizados e munidos de ferramentas, material e acessórios necessários à desmontagem/montagem, embalagem/desembalagem e carregamento/ descarregamento.

10.3.10. A empresa contratada deverá informar ao fiscal do Contrato, com pelo menos 5 (cinco) dias úteis de antecedência, a data e horário de início e término da embalagem e do fechamento e selagem ("lacre") ou abertura do caminhão com bens da Polícia Federal e/ou bagagem do servidor, para que tanto a verificação da qualidade da embalagem quanto a medição da cubagem sejam efetuadas.

10.3.11. A medição de cubagem servirá como base para o cálculo do valor final do serviço executado. O quantitativo excedente será arcado pelo interessado, sem qualquer responsabilidade para a Polícia Federal.

10.3.12. Após o desembarque e a desembalagem da bagagem no domicílio de destino indicado pelo servidor e após a verificação do estado da bagagem, a Contratada deverá emitir recibo a ser assinado pelo Servidor, com o "CERTIFICADO" da realização do serviço. Uma cópia desse recibo deve ser imediatamente enviada ao SELOG - Setor de Administração e Logística Policial.

10.4. A aceitação dos serviços será da seguinte forma:

10.4.1. Para os bens ou cargas de propriedade ou interesse da Superintendência Regional de Polícia Federal do Acre e de suas Delegacias, os serviços serão recebidos por servidor indicado para tal fim, no destino, que atestará a sua perfeita execução;

10.4.2. Para os casos de mudança de servidor: o recebimento será realizado pelo próprio servidor interessado ou responsável autorizado, mediante atesto do documento, no destino.

10.4.3. Em momento posterior, a empresa contratada apresentará os documentos ao Fiscal do Contrato, juntamente com a Nota Fiscal correspondente, para ser atestada e encaminhada para pagamento.

10.5. Todo o serviço de embalagem, seja quanto ao material empregado, seja quanto à forma de execução e acondicionamento dos itens seguirá as orientações e definições contidas nos seguintes documentos:

10.5.1. NBR 9198/85 – Embalagem e acondicionamento; NBR 9477/86 – NBR 5980/04 – Embalagem de papelão ondulado – classificação; NBR 5985/83 – Papelão ondulado e caixas de papelão ondulado; e

10.5.2. Norma Internacional de Medida Fitossanitária NIMF nº 15/2002 da FAO – Certificação Fitossanitária e Resumo Informativo da NIMF nº 15/2002, da FAO – Certificação Fitossanitária de Embalagens, Suportes e Material de Acomodação Confeccionados em Madeira.

10.6. Condições Específicas do Transporte:

10.6.1. A fiscalização da qualidade dos serviços de embalagem será efetuada durante o processo de embalagem dos pertences do servidor, e a verificação da cubagem do volume a ser despachado poderá ser efetuada durante e/ou após o término da embalagem, ocorrendo a vistoria do acondicionamento da bagagem depois do seu carregamento no caminhão baú, na porta da casa do servidor ou, em condições especiais, a critério e em locais definidos pelo SELOG – Setor de Administração e Logística Policial, através do Fiscal do contrato, mediante sua autorização expressa.

10.6.2. O carregamento da mudança para dentro do caminhão só terá início depois de concluída a embalagem de todos os itens e fechado o inventário dos bens a serem transportados.

## 11. DOS SEGUROS E INDENIZAÇÕES DAS CARGAS TRANSPORTADAS

11.1. A empresa será responsável por prestar seguro no valor correspondente de no mínimo 1% (um por cento) sobre o valor declarado dos bens a serem transportados.

11.1.1. O seguro da bagagem, cuja taxa estará incluída no preço proposto pela licitante, deverá cobrir integralmente qualquer forma de dano, desaparecimento, extravio, roubo, furto, e apropriação indébita. A diferença que houver entre o valor fixado para o seguro e o estimado para o servidor correrá à conta dos seus próprios recursos quanto ao prêmio correspondente ao excesso declarado.

11.1.2. A taxa de seguro de bagagem deverá cobrir o valor declarado pelo servidor.

11.1.3. Antes do início da embalagem, a Contratada deverá fornecer ao servidor uma via original da apólice, devidamente averbada, contendo relação dos pertences segurados entregue pelo servidor e assinada pela Contratada.

11.2. As condições e demais disposições inerentes aos seguros de transporte rodoviário contratado obedecerão à legislação aplicável à matéria.

11.3. Nos termos da legislação específica e sem prejuízo do seguro de responsabilidade civil contra danos a terceiros, todas as operações de transporte rodoviário deverão estar devidamente seguradas contra perdas ou danos causados às cargas, devendo a responsabilidade da empresa contratada limitar-se ao valor declarado dos bens em cada operação pela Polícia Federal.

11.4. Em caso de indenização, as avarias ou perdas, totais ou parciais, deverão ser indenizadas, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, contado a partir da notificação. Na ocorrência de avarias nos bens transportados ou na falta de algum item relacionado, tais fatos deverão ser minuciosamente descritos, na própria ordem de serviço ou em documento da empresa que faça referência à ordem de serviço em questão, devidamente datada e assinada pela empresa contratada e pelo interessado dos serviços.

11.5. O seguro da bagagem, bens e/ou veículos transportados, deverá cobrir integralmente qualquer forma de dano, desaparecimento, extravio, roubo, furto, e apropriação indébita. No caso de bens e/ou bagagem de servidor, a diferença que houver entre o valor fixado para o seguro e o estimado, correrá à conta dos seus próprios recursos em relação ao prêmio correspondente ao excesso declarado. Os bens contemplados neste instrumento são comuns, ou seja, não estão incluídos objetos de alto valor, tais como: obras de arte, jóias e afins

## 12. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

12.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta;

12.2. Exercer o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, por servidor especialmente designado, anotando em registro próprio as falhas detectadas, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos empregados eventualmente envolvidos, e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis;

- 12.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta;
- 12.2. Exercer o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, por servidor especialmente designado, anotando em registro próprio as falhas detectadas, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos empregados eventualmente envolvidos, e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis;
- 12.3. Notificar a Contratada por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção;
- 12.4. Não permitir que os empregados da Contratada realizem horas extras, exceto em caso de comprovada necessidade de serviço, formalmente justificada pela autoridade do órgão para o qual o trabalho seja prestado e desde que observado o limite da legislação trabalhista;
- 12.5. Pagar à Contratada o valor resultante da prestação do serviço, no prazo e condições estabelecidas no Edital e seus anexos;
- 12.6. Efetuar as retenções tributárias devidas sobre o valor da Nota Fiscal/Fatura fornecida pela contratada, em conformidade com o art. 36, §8º da IN SLTI/MPOG N. 02/2008.
- 12.7. A Administração realizará pesquisa de preços periodicamente, em prazo não superior a 180 (cento e oitenta) dias, a fim de verificar a vantagem dos preços registrados em Ata.

### 13. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- 13.1. Executar os serviços conforme especificações deste Termo de Referência e de sua proposta, com a alocação dos empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas contratuais, além de fornecer os materiais e equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, na qualidade e quantidade especificadas neste Termo de Referência e em sua proposta;
- 13.2. Reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços efetuados em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;
- 13.3. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com os artigos 14 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990), ficando a Contratante autorizada a descontar da garantia, caso exigida no edital, ou dos pagamentos devidos à Contratada, o valor correspondente aos danos sofridos;
- 13.4. Utilizar empregados habilitados e com conhecimentos básicos dos serviços a serem executados, em conformidade com as normas e determinações em vigor;
- 13.5. Apresentar os empregados devidamente uniformizados e identificados por meio de crachá, além de provê-los com os Equipamentos de Proteção Individual - EPI, quando for o caso;
- 13.6. Apresentar à Contratante, quando for o caso, a relação nominal dos empregados que adentrarão o órgão para a execução do serviço;
- 13.7. Responsabilizar-se por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas na legislação específica, cuja inadimplência não transfere responsabilidade à Contratante;
- 13.8. Atender as solicitações da Contratante quanto à substituição dos empregados alocados, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, nos casos em que ficar constatado descumprimento das obrigações relativas à execução do serviço, conforme descrito neste Termo de Referência;
- 13.9. Instruir seus empregados quanto à necessidade de acatar as normas internas da Administração;
- 13.10. Instruir seus empregados a respeito das atividades a serem desempenhadas, alertando-os a não executar atividades não abrangidas pelo contrato, devendo a Contratada relatar à Contratante toda e qualquer ocorrência neste sentido, a fim de evitar desvio de função;
- 13.11. Relatar à Contratante toda e qualquer irregularidade verificada no decorrer da prestação dos serviços;
- 13.12. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezoito anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;
- 13.13. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- 13.14. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;
- 13.15. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento ao objeto da licitação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados nos incisos do § 1º do art. 57 da Lei nº 8.666, de 1993.

### 14. DA SUBCONTRATAÇÃO

- 14.1. É permitida a subcontratação parcial do objeto entre os limites mínimo e máximo de 30% do valor total do contrato, nas seguintes condições:
  - 14.1.1. É vedada a sub-rogação completa ou da parcela principal da obrigação.
  - 14.1.2. Nos casos em que a empresa contratada não tenha todo o suporte necessário para realizar determinadas entregas de mobiliários, bagagens e veículos, principalmente na possibilidade de transporte fluvial, marítimo e aéreo.
  - 14.1.3. Para o **Grupo 1** (item 1, 2, 3 e 4) a quantidade em m³ anual máxima permitida para subcontratação será respectivamente de 42, 63, 63 e 42.
  - 14.1.4. Para o **Grupo 2** (item 5, 6, 7, 8, 9 e 10) a quantidade em m³ anual máxima permitida para subcontratação será respectivamente de 53, 53, 53, 63 e 63.
  - 14.1.5. Para o **Grupo 3** (item 11, 12, 13 e 14) a quantidade em m³ anual máxima permitida para subcontratação será respectivamente de 63, 74, 74 e 21.
  - 14.1.6. Para o **Grupo 4** (item 15, 16, 17, 18, 19 e 20) a quantidade em m³ anual máxima permitida para subcontratação será respectivamente de 32, 32, 32, 32, 63 e 32.
- 14.2. As microempresas e/ou empresas de pequeno porte a serem subcontratadas serão indicadas e qualificadas pela licitante melhor classificada juntamente com a descrição dos bens e/ou serviços a serem por elas fornecidos e seus respectivos valores;
- 14.3. São obrigações adicionais da contratada, em razão da subcontratação:
  - 14.3.1. Apresentar a documentação de regularidade fiscal das microempresas e empresas de pequeno porte subcontratadas, sob pena de rescisão, aplicando-se o prazo para regularização previsto no § 1º do art. 4º do Decreto nº 8.538, de 2015;
  - 14.3.2. Substituir a subcontratada, no prazo máximo de trinta dias, na hipótese de extinção da subcontratação, mantendo o percentual originalmente subcontratado até a sua execução total, notificando o órgão ou entidade contratante, sob pena de rescisão, sem prejuízo das sanções cabíveis, ou a demonstrar a inviabilidade da substituição, hipótese em que ficará responsável pela execução da parcela originalmente subcontratada;
- 14.4. Em qualquer hipótese de subcontratação, permanece a responsabilidade integral da Contratada pela perfeita execução contratual, bem como

originalmente subcontratada e a sua execução total, inclusive o órgão ou entidade contratada, sob pena de rescisão, sem prejuízo das sanções cabíveis, ou a demonstrar a inviabilidade da substituição, hipótese em que ficará responsável pela execução da parcela originalmente subcontratada;

14.4. Em qualquer hipótese de subcontratação, permanece a responsabilidade integral da Contratada pela perfeita execução contratual, bem como pela padronização, pela compatibilidade, pelo gerenciamento centralizado e pela qualidade da subcontratação, cabendo-lhe realizar a supervisão e coordenação das atividades da subcontratada, bem como responder perante a Contratante pelo rigoroso cumprimento das obrigações contratuais correspondentes ao objeto da subcontratação.

14.5. A subcontratação depende de autorização prévia da Contratante, a quem incumbe avaliar se a subcontratada cumpre os requisitos de qualificação técnica, além da regularidade fiscal e trabalhista, necessários à execução do objeto.

14.6. Não será aplicável a subcontratação quando a licitante for qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte.

## 15. ALTERAÇÃO SUBJETIVA

15.1. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

## 16. CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO

16.1. O acompanhamento e a fiscalização da execução do contrato consistem na verificação da conformidade da prestação dos serviços e da alocação dos recursos necessários, de forma a assegurar o perfeito cumprimento do ajuste, devendo ser exercidos por um ou mais representantes da Contratante, especialmente designados, na forma dos arts. 67 e 73 da Lei nº 8.666, de 1993, e do art. 6º do Decreto nº 2.271, de 1997.

16.2. O representante da Contratante deverá ter a experiência necessária para o acompanhamento e controle da execução dos serviços e do contrato.

16.3. A verificação da adequação da prestação do serviço deverá ser realizada com base nos critérios previstos neste Termo de Referência.

16.4. A execução dos contratos deverá ser acompanhada e fiscalizada por meio de instrumentos de controle, que compreendam a mensuração dos aspectos mencionados no art. 34 da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 02, de 2008, quando for o caso.

16.5. O fiscal ou gestor do contrato, ao verificar que houve subdimensionamento da produtividade pactuada, sem perda da qualidade na execução do serviço, deverá comunicar à autoridade responsável para que esta promova a adequação contratual à produtividade efetivamente realizada, respeitando-se os limites de alteração dos valores contratuais previstos no § 1º do artigo 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

16.6. A conformidade do material a ser utilizado na execução dos serviços deverá ser verificada juntamente com o documento da Contratada que contenha a relação detalhada dos mesmos, de acordo com o estabelecido neste Termo de Referência e na proposta, informando as respectivas quantidades e especificações técnicas, tais como: marca, qualidade e forma de uso.

16.7. O representante da Contratante deverá promover o registro das ocorrências verificadas, adotando as providências necessárias ao fiel cumprimento das cláusulas contratuais, conforme o disposto nos §§ 1º e 2º do art. 67 da Lei nº 8.666, de 1993.

16.8. O descumprimento total ou parcial das demais obrigações e responsabilidades assumidas pela Contratada ensejará a aplicação de sanções administrativas, previstas neste Termo de Referência e na legislação vigente, podendo culminar em rescisão contratual, conforme disposto nos artigos 77 e 80 da Lei nº 8.666, de 1993.

16.9. As disposições previstas nesta cláusula não excluem o disposto no Anexo IV (Guia de Fiscalização dos Contratos de Terceirização) da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 02, de 2008, aplicável no que for pertinente à contratação.

16.10. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Contratante ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

## 17. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

17.1. Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 8.666, de 1993 e da Lei nº 10.520, de 2002, a Contratada que:

17.1.1. Inexecutar total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação;

17.1.2. Ensejar o retardamento da execução do objeto;

17.1.3. Fraudar na execução do contrato;

17.1.4. Comportar-se de modo inidôneo;

17.1.5. Cometer fraude fiscal;

17.1.6. Não manter a proposta.

17.2. A Contratada que cometer qualquer das infrações discriminadas nos subitens acima ficará sujeita, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

17.2.1. Advertência por faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretem prejuízos significativos para a Contratante;

17.2.2. Multa moratória de 0,07% (sete centésimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias;

17.2.3. Multa compensatória de 5 % (cinco por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto;

17.2.3.1. Em caso de inexecução parcial, a multa compensatória, no mesmo percentual do subitem acima, será aplicada de forma proporcional à obrigação inadimplida;

17.2.4. Suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos;

17.2.5. Impedimento de licitar e contratar com a União com o consequente descredenciamento no SICAF pelo prazo de até cinco anos;

17.2.6. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados;

17.3. Também ficam sujeitas às penalidades do art. 87, III e IV da Lei nº 8.666, de 1993, a Contratada que:

17.3.1. Tenha sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

17.3.2. Tenha praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;



17.3. Também ficam sujeitas às penalidades do art. 87, III e IV da Lei nº 8.666, de 1993, a Contratada que:

17.3.1. Tenha sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

17.3.2. Tenha praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;

17.3.3. Demonstre não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

17.4. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à Contratada, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 1999.

17.5. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Contratante, observado o princípio da proporcionalidade.

17.6. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

Rio Branco/AC, 20 de setembro de 2017.

**ALZIR FERREIRA SOARES**  
Agente Administrativo de Polícia Federal  
Chefe do NAD/SELOG/SR/PF/AC

De Acordo, encaminha-se ao Superintendente Regional para fins de aprovação.

**MICHELLY SANTOS DE SÁ**  
Agente Administrativo de Polícia Federal  
Chefe do SELOG/SR/PF/AC

**DESPACHO:**

Com fundamento legal no inciso II, do art. 9º do Decreto 5.450/05 e art. 14 da IN/MPOG Nº 02, de 30 de abril de 2008, **APROVO** o Termo de Referência, bem como **AUTORIZO** a realização da licitação para a contratação do serviço de transporte de mobiliário, bens e veículos existente entre as unidades da Superintendência Regional de Polícia Federal no Estado do Acre, devido a essencialidade deste para as atividades deste órgão, com observância aos dispositivos da Lei 10.520/02, Lei 8.666/93 e suas alterações e demais legislações correlatas.

**CHANG FAN**  
Delegado de Polícia Federal  
Superintendente Regional SR/PF/AC



Documento assinado eletronicamente por **ALZIR FERREIRA SOARES, Agente Administrativo**, em 20/09/2017, às 16:51, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **MICHELLY SANTOS DE SA, Gestor Financeiro**, em 20/09/2017, às 16:51, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **CHANG FAN, Superintendente Regional**, em 20/09/2017, às 17:38, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [http://sei.dpf.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](http://sei.dpf.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **4047353** e o código CRC **A97E0204**.